

Cuando hicimos historia. La experiencia de La Unidad Popular. Julio Pinto Vallejos (Coord. Ed.), Santiago do Chile: LOM Ediciones, 2005, 206 p.

Márcia Carolina de Oliveira Cury*

O processo que ficou conhecido como “a experiência chilena” marcou não só a história do Chile, como também da esquerda latino-americana, no contexto das lutas políticas e sociais do século XX. O desfecho que teve essa experiência exerceu efeitos diretos sobre a historiografia no que diz respeito à reconstrução da trajetória dos grupos marginalizados que então protagonizaram o mais importante episódio da história do país.

O livro publicado no Chile, “*Cuando hicimos historia. La experiencia de La Unidad Popular*”, coordenado pelo historiador Julio Pinto Vallejos, traz a contribuição de distintos autores que vêm se debruçando sobre o governo da Unidade Popular (1970-1973), cujo desfecho traumático se expressa na dívida da historiografia com uma abordagem mais ampla sobre o tema. Certamente, esta obra ainda é fruto da proposta metodológica de recuperação da memória popular, colocada quando do debate acerca do caráter da transição política no Chile, especialmente em 1999, a partir do Manifesto de Historiadores.¹ O trabalho visa contribuir com a análise de diversos elementos que compõem a complexidade da experiência da via democrática ao socialismo.

* Mestre em História. Doutoranda do Programa de Ciência Política da UNICAMP. Bolsista FAPESP. curybr@yahoo.com.br

¹ Este Manifesto foi um documento publicado por um grupo de historiadores chilenos, afirmando a necessidade do questionamento à “história oficial” e da recuperação e divulgação da memória popular. Ver: GREZ S. e SALAZAR, G. *Manifesto de historiadores*. Santiago do Chile: LOM, 1999; e CAPISTRANO, Janaina. História e Memória no Chile Contemporâneo. *Outros Tempos*, Dossiê História da América. v.5, n.5, jun. 2008.

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas – SP	Nº 14/15	377–383	2008
-----------------	---------------	----------	---------	------

É possível afirmar que esta publicação apresenta uma mudança de enfoque em dois sentidos: uma no aspecto da busca da “positividade” histórica do processo, no lugar do apontamento dos fatores de fracasso e derrota de um projeto político; outra, no espaço aberto aos sujeitos históricos, aos anônimos e anônimas que protagonizaram as lutas cotidianas de um processo tão singular na história latino-americana, que expressou a possibilidade de edificar uma sociedade socialista pela via democrática.

Esta obra traz análises que podemos classificar em duas vertentes, sendo uma no conflito político institucional, entre os partidos atuantes no período, os principais elementos ideológicos presentes na esquerda chilena e as disputas ideológicas internas da Unidade Popular, e a articulação do golpe militar. A outra, encontrada em pesquisas mais recentes, traz uma tendência analítica voltada para as manifestações da classe trabalhadora chilena durante o governo da UP, reunindo textos preocupados com a recuperação da história de grupos marginalizados, escritos com o aporte de testemunhos e documentos.

Representando a primeira vertente estão os textos de Julio Pinto e de Tomás Moulian. O ímpeto revolucionário difundido na América Latina, a partir da Revolução Cubana, e os seus efeitos sobre partidos não só da esquerda, mas também do centro político chileno, são analisados por Pinto no seu artigo intitulado “*Hacer la revolución en Chile*”, de maneira a compreender os diferentes sentidos atribuídos por estes atores à palavra Revolução. Significados que se expressaram, se não em diversos projetos políticos, em maneiras distintas de conceber a construção da nova sociedade. O principal marco desta divergência está no interior da UP, nas maneiras das correntes “gradualista” e “rupturista” conduzirem o processo.

No país reconhecido pela estabilidade política e pelo “apego à institucionalidade”, esta particularidade deveria ter sido o norte do debate político ideológico da esquerda, segundo Tomás Moulian no seu artigo “*La vía chilena al socialismo: itinerário de la crisis de los discursos estratégicos de La Unidad Popular*”. De acordo com o autor, a experiência da Unidade Popular deveria ser pensada na sua originalidade, ou seja, na possibilidade de avançar ao socialismo através de reformas profundas, mantendo-se dentro do aparato de Estado existente e acumulando forças dentro dele. O elemento mais importante do seu argumento está na crítica dirigida à concepção de parte da

esquerda acerca do papel do Estado, que era pensado como articulador da totalidade, mas enquanto um aparato, e não como uma relação de classes.

O aspecto do fracasso do processo fica então dirigido a uma parte da esquerda chilena que não foi capaz de teorizar sobre a originalidade que exigia aquela sociedade para a construção do socialismo. Estes artigos são capazes de apreender e demonstrar ao leitor a responsabilidade e os limites da cultura política de uma esquerda que tinha a possibilidade histórica de construir o socialismo, mas insistiu na dualidade entre reforma e revolução, e vivenciou, dessa forma, mais que uma derrota, o fracasso de um governo.

As divergências no interior da esquerda em torno da condução do processo político perpassaram os variados temas que envolviam aquela transição, entre os quais, a complexa relação entre o governo da coalizão e as Forças Armadas. Ainda no campo da disputa institucional, este é um tema que continua bastante nebuloso e que suscita muitas dúvidas e críticas. Visando responder a parte delas, no texto “*Todos juntos seremos la historia: Venceremos’ Unidad Popular y Fuerzas Armadas*” a historiadora Verónica Valdívía traça alguns dos principais acontecimentos e dos elementos ideológicos difundidos na América Latina que redefiniram o papel das Forças Armadas, no intuito de contribuir com uma melhor compreensão da política militar desenvolvida pelo presidente Salvador Allende. O objetivo da autora é responder principalmente às interpretações que sustentam a inevitabilidade do fracasso da UP, por um lado, devido à inerente oposição das Forças Armadas à ideologia que sustentava a coalizão governante, por outro, pela suposta inexistência de uma política militar no governo da esquerda.

Num brilhante texto, Valdívía nos apresenta a política militar de Salvador Allende sustentada em dois eixos: na manutenção da subordinação militar ao comando civil, reiterando seu caráter institucionalista, e incorporando as Forças Armadas às tarefas de desenvolvimento nacional e ao processo de mudanças. O que sustentaria a política militar do governo seria a existência dentro das Forças Armadas de tendências nacionalistas de natureza “terceiro-mundista” e “antiimperialista” que possibilitaria um diálogo entre governo e militares na condução do processo. Valdívía reconstrói o processo no qual a Doutrina de Segurança Nacional ganhava espaço no país, em que a luta político-ideológica definiu polarizações e que as Forças Armadas ficaram imersas na reestruturação da oposição, a partir de 1972, sendo arrastadas na luta política.

No intuito de concentrar-se mais nas inovações e na “positividade” do processo da via chilena ao socialismo, o livro nos traz três artigos voltados mais para os elementos culturais que expressaram a força do movimento político e social que representou a Unidade Popular. No âmbito religioso, a união entre cristãos e socialistas, impensada até então no Chile, – principalmente, devido às disputas entre a Democracia Cristã e a esquerda - tornou-se realidade e, segundo Mario Amorós, foi mais uma “expressão da originalidade da revolução chilena”.

Esta característica destacada no artigo “*La Iglesia que nace del pueblo: relevância histórica del Movimiento Cristianos por el Socialismo*”, que sabemos não tratar-se de uma particularidade ou originalidade do processo chileno, se expressou na participação ativa de amplos setores da Igreja na transformação socialista da sociedade, num movimento no qual seus militantes enfrentaram os dogmas que historicamente haviam confrontado marxistas e cristãos. Sob a influência da Teologia da Libertação exerceu-se dentro deste movimento uma forte crítica à sociedade capitalista, à exploração e, especialmente, ao tradicional vínculo eclesiástico com a burguesia. Assim, estes religiosos teriam revertido um quadro de embate que em 1964 se manifestou em uma forte campanha dos católicos, ainda membros da Democracia Cristã, contra o “comunismo ateu” da proposta socialista de Salvador Allende.

Assim como o movimento “Cristãos pelo Socialismo” deixou um legado que ainda perdura em movimentos de base no Chile, a herança de outras manifestações culturais está bastante presente entre os chilenos. Certamente, falar da sua cultura sem mencionar o movimento que ficou conhecido como Nova Canção Chilena não é abordá-la na sua completude. “*La cultura en La Unidad Popular: por que esta vez no se trata de cambiar um Presidente*”², texto do historiador César Albornoz, delineia os principais símbolos culturais que marcaram a experiência da Unidade Popular, compostos, além da música, pelo muralismo³, bem como pelas produções editoriais vinculadas ao Estado.

² O subtítulo do texto faz referência ao refrão de uma das canções símbolo da UP, a “Canción del Poder Popular”, do grupo musical Inti Illimani.

³ Arte da pintura mural que se apresentava como uma manifestação pública e militante, trazendo mensagens e símbolos políticos da esquerda, como a estrela, o operário, a foice e o martelo, entre outros.

Este conjunto de elementos contou com a ampla participação de importantes figuras do meio artístico e com uma massiva política cultural do governo, que visava construir uma sociedade nova e um “homem novo”. A construção de uma nova sociedade requeria a construção de uma nova cultura, “que superasse os valores burgueses e os fundamentos do capitalismo”.

O texto de Albornoz tem o objetivo de demonstrar como estes valores se manifestaram na produção artística e intelectual. O movimento artístico não foi um produto do governo, mas sim o resultado das inquietações políticas e sociais que mobilizavam amplos setores nacionais, desde a década de 1960, fortemente influenciados também pelo ethos revolucionário difundido a partir de Cuba. Já o projeto cultural do governo teve como referencial uma política editorial centrada na Editora Quimantú, que lançava à população coleções e revistas que abordavam temas do cotidiano, textos literários, escolares, textos políticos, entre outros, sob o slogan “una llave para abrir cualquier puerta”. O que se evidencia no seu texto é que a intensa produção cultural do período da UP constituiu os principais elementos que ainda compõem a identidade popular chilena.

Ainda que nos textos de Amorós e de Albornoz o tom quase mítico e saudosista se sobreponha à análise mais crítica e aprofundada das contradições e problemas existentes nestes movimentos, eles conseguem nos inserir na multiplicidade de elementos culturais daquele processo que vão muito além do debate estratégico e tático da condução política da transição.

A autora María Angélica Íllanes traz no seu artigo uma reflexão em torno da idéia de “povo” enquanto grupo e sujeito social e enquanto corpo material. O objetivo da sua apresentação é nos aproximar do múltiplo significado que teria adquirido a idéia de “corpo do povo” durante a Unidade Popular. “*El cuerpo nuestro de cada día: el pueblo como experiencia emancipatoria en tiempos de la Unidad Popular*” traz esta proposta interpretativa de “hegemonia do corpo popular”, representada num duplo sentido: o “ético-cultural” e o “político-prático”. Primeiramente, através da comunidade organizada, de um corpo social que se transformava em sujeito ativo do processo de mudança, articulando-se com a política desenvolvida pelo governo que objetivava democratizar os aparatos institucionais e desenvolver políticas públicas que garantissem a subsistência e os cuidados básicos com a saúde. Somava-se a isso a “utopia de uma medicina em contato direto com o povo”, do “novo médico”,

com um sentido de solidariedade de classe, através da qual a temática da saúde estaria estreitamente relacionada à problemática econômica, na perspectiva de uma nova medicina para a nova sociedade. Aqui, a saúde do corpo deveria receber atenção especial num projeto de direitos básicos, articulando alimentação e saneamento básico.

Mais voltados para os protagonistas populares da experiência chilena, os historiadores Mario Garcés e Franck Gaudichaud teceram algumas características das formas de luta empreendidas pelos trabalhadores chilenos no processo de construção do socialismo. “*Construyendo ‘las poblaciones’: el movimiento de pobladores durante la Unidad Popular*” consiste num dos textos mais ricos acerca da experiência de pobladores de Santiago⁴, na medida em que nos insere num universo de luta cotidiana da classe trabalhadora fora do campo da produção, mas que retrata as condições adversas às quais os pobladores eram submetidos, como produto da exploração e da precariedade da garantia dos seus direitos.

Neste artigo, Garcés nos apresenta as primeiras experiências e parte das trajetórias de alguns dos principais movimentos de pobladores santiaguinos, para demonstrar que a sua atuação durante o governo da UP era fruto das suas tradições de luta. A riqueza do seu texto também está na explicitação das estratégias adotadas pelos pobladores para pressionar os governos no atendimento das suas reivindicações; estratégias que implicavam numa série de aprendizagens sociais e políticas. É importante observar que ao desenvolver para o leitor as diferentes etapas da trajetória das poblaciones, o autor consegue refletir acerca daquele que podemos afirmar ser um dos pontos mais problemáticos na análise das ações da classe trabalhadora neste processo: a sua relação com o Estado e com os partidos de esquerda.

Já no âmbito do mundo da produção, a análise de Gaudichaud busca apreender a relação entre o movimento operário, a sua organização sindical, o Estado e os partidos, bem como as “suas conseqüências”, no intuito de analisar as ações coletivas durante o governo de Salvador Allende. A proposta do artigo “*Construyendo ‘Poder Popular’: el movimiento sindical, la CUT y las*

⁴ Movimentos populares da cidade na luta por moradia, que agiam por meio de ocupações de prédios e terrenos para pressionar o governo por políticas habitacionais.

luchas obreras en el período de la Unidad Popular” também busca respostas a partir da compreensão da trajetória e das características do movimento operário chileno.

O autor articula esta análise de maneira a demonstrar de que forma as lutas operárias desembocaram nas experiências vivenciadas nos Cordões Industriais e nas Juntas de Abastecimento e Preços (JAPs).⁵ Aqui, no entanto, a complexidade das relações existentes entre governo, trabalhadores e organizações representativas fica reduzida à idéia de variação do grau de autonomia do movimento operário.

De acordo com o autor, a história do movimento operário chileno e das lutas sindicais foi marcada por uma oscilação entre períodos de autonomia, de dependência e de subordinação em relação às instituições do Estado, aos partidos políticos, assim como por diversos momentos de alianças ou oposição parciais com frações das classes dominantes. Não se problematiza, portanto, esta relação de subordinação com o fato de o processo ter correspondido ao período de maior participação social e política da população chilena. Apontar consensos, tensões, conflitos e comportamentos políticos sem cair na armadilha da leitura dicotômica entre autonomia e subordinação é um desafio para se abordar esta temática.

Este livro é uma valiosa contribuição para tirar dos porões da memória uma experiência que foi capaz de revelar toda a tradição de luta, a criatividade, as lutas cotidianas e os diversos fatores que se complementam na construção de uma nova sociedade. Para além da destruição da exaltada e reconhecida tradição de estabilidade institucional do Chile, o golpe de 1973 e os duros anos de ditadura no país arruinaram a possibilidade de construção de uma nova sociedade pautada em ideais igualitários; experiência que temos a tarefa política e social de rememorar e interpretar em seus múltiplos significados.

⁵ Os Cordões Industriais consistiram em cinturões localizados principalmente na capital, cujas fábricas foram ocupadas pelos trabalhadores para garantir a produção e o abastecimento do país, fruto das iniciativas e combates liderados por setores operários. As Juntas de Preços e Abastecimento (JAPs) lutavam para combater o mercado negro e o desabastecimento gerado pelos boicotes e greves patronais.